

CAPÍTULO VII

ESTRUTURA DE CLASSES E POPULISMO

A consideração das migrações, da industrialização e da urbanização do ponto de vista das teorias da "modernização" tem por vezes conduzido a um obscuro segundo plano alguns aspectos destes processos sociais que são da maior relevância para a explicação do comportamento político popular, e ademais para o entendimento da situação de transição vivida pelos países latino-americanos nos últimos decênios. O interesse posto na mudança das pautas de conduta das massas "mobilizadas", supostamente em transição da "sociedade tradicional" para a "sociedade moderna", tem conduzido ao exagero de inverter os termos do problema, pondo em plano secundário os fundamentais e decisivos aspectos históricos e estruturais que a transição envolve. Chamar a atenção para estes aspectos — em particular aqueles referidos à formação das classes populares — constitui o objeto do presente capítulo.

É certo que os autores que se têm ocupado do tema nos quadros das teorias da "modernização" têm buscado em certo sentido "situar" historicamente sua análise. Por outro lado, também se aceita que as migrações e o crescimento urbano e industrial, se bem significam para os indivíduos "mobilizados" uma alteração de sua possibilidade de identificação com determinados padrões de comportamento, não podem deixar de incidir sobre a composição interna das classes sociais e sobre suas relações. Haverá que reconhecer, contudo, que mesmo naqueles autores que levaram mais longe esta indagação no âmbito das teorias mencionadas, permanece como nuclear a teoria da transição como passagem de uma situação supostamente estruturada em termos tradicionais para outra supostamente estruturada em termos modernos. E deste modo, por assumir

retamente do campo, quer tenham passado por uma experiência urbana nas cidades menores, quer tenham se transferido de outros setores da economia urbana), *ela não poderá, de todos modos, deixar de sofrer a desigualdade típica das relações sociais capitalistas*. Nestes países, as classes populares enfrentam uma forma particularmente aguda de expressão da clássica contradição, vigente em qualquer país capitalista, entre a experiência da igualdade entre os cidadãos e a experiência da desigualdade como classe.

1. MOBILIDADE E COMPORTAMENTO POLÍTICO

O processo de formação das classes populares urbanas no Brasil se encontra marcado por um amplo processo de mobilidade social. No caso a mobilidade pareceria depender menos da troca de posições dentro de uma estrutura de *status*, como define o conceito de maneira estrita, que dos processos relacionados ao crescimento do emprego urbano e industrial¹.

No quadro da notável ampliação das estruturas ocupacionais urbanas, particularmente na região sul, poder-se-ia afirmar que a formação dos setores populares politicamente mais significativos – a começar pela classe operária industrial – está mais na dependência da ascensão de pessoas já pertencentes às classes populares do que da decadência de grupos pertencentes a classes “não populares”. Nas condições próprias da urbanização da economia e da sociedade em um país de formação agrária, os setores populares urbanos emergentes com o populismo, particularmente aqueles localizados nas grandes cidades, se formam muito mais com a contribuição direta ou indireta da migração rural, da migração urbana de regiões mais pobres e da transferência de pessoas até então pertencentes a setores urbanos “menos favorecidos”, do que com a decadência social de pessoas pertencentes às “classes médias”, à burguesia de pequenos proprietários ou a um artesanato de condição “pequeno-burguesa”.

A mensuração dos processos de mobilidade no interior das classes populares no período que consideramos estaria a requerer

1 Este velho tema tem sido retomado ultimamente pela sociologia e pela ciência política, em especial depois dos ensaios de T. H. Marshall, *Class, Citizenship and Social Development*. Ed. Doubleday, New York, 1965. Ver também o livro de Bendix, já citado.

2 Sobre a noção de mobilidade social, Gino Germani “Estratégia para estimular a mobilidade social”, in Joseph Kahl (ed.), *La Industrialización...*, op. cit., ver também Lipset e Bendix, *Social Mobility in industrial Society*, University of California Press, Berkeley, 1963.

como suposto aquilo que se deveria examinar se chega a inibir a formação de uma perspectiva capaz de explicar a situação de transição em seus próprios termos.

Não se trata aqui, convém esclarecer, de negar a importância da “mobilização” e da vigência de tendências modernizadoras no quadro da situação latino-americana, mas de tentar definir de modo concreto sua significação histórica, e portanto delimitar seu alcance interpretativo. Evidentemente, não se pode recusar a possibilidade analítica da consideração destes temas por separado das transformações que dizem respeito ao marco histórico-estrutural e à “situação de classe” dos indivíduos “mobilizados”. Contudo, esta perspectiva, embora seja capaz, como pudemos ver no capítulo anterior, de trazer à luz uma condição de possibilidade de um tipo determinado de comportamento político, não pode, porém, explicitá-lo. A “mobilização” põe os indivíduos aos quais atinge, qualquer que seja a classe social a que pertençam ou à qual se incorporem, e qualquer que seja a circunstância histórica, em “situação” de disponibilidade para a participação política, qualquer que seja o tipo ou o conteúdo real desta participação. E deste modo, tende a deslocar-se do âmbito da análise o problema de explicar o porquê desta forma concreta de comportamento e não de outras formas possíveis ou seja o problema propriamente histórico da formação das classes populares e de sua emergência política.

Nosso objetivo neste capítulo consiste em tomar, de um ponto de vista histórico-estrutural, os mesmos processos sociais já referidos no capítulo anterior. Nossa hipótese é que a adoção de um comportamento populista por parte das classes populares num quadro político configurado pela crise de poder se deve, em última instância, às circunstâncias em que estas classes se formam nas condições do desenvolvimento capitalista brasileiro depois de 1930. Classes em processo de formação nos quadros de uma sociedade em transição, sua presença na política estará condicionada por várias ordens diferentes de fatores. A primeira diz respeito à *crecente heterogeneidade interna de sua composição econômica e social, radicada na diversidade de formas de produção* (diversidade regional, setorial, tecnológica, ecológica, etc.) *próprias de um país que se vê obrigado a combinar etapas diversas do desenvolvimento capitalista em resposta às circunstâncias criadas internamente pelas crises e transformações no plano internacional*. A segunda diz respeito à *mobilidade social no interior destes marcos heterogêneos que caracterizam as classes populares*. E finalmente haveria que referir-se ao *caráter contraditório da experiência de formação da classe operária das grandes cidades* (em especial São Paulo): *em posição econômica e social “privilegiada” frente aos demais setores populares urbanos e rurais, muitos de seus membros em situação de ascensão social* (quer tenham vindo di-

uma pesquisa especial. Haverá que recorrer aqui a medidas indiretas para podermos aferir a amplitude e a intensidade destes processos de deslocamento que favorecem o crescimento dos seus setores urbanos. Além disso, só por inferências será possível chegar a alguma aproximação sobre a maior ou menor contribuição relativa dos grupos sociais ascendentes e descendentes em sua formação.

De qualquer modo, a importância da mobilidade social no interior das classes populares parece ser fundamental para o entendimento de seu comportamento político. Como tentativa para explicar o comportamento populista da classe operária industrial paulista, alguns intelectuais brasileiros dizem por vezes que o operário já realizou, ao migrar do campo para a cidade, uma "revolução individual" no seu estilo de vida e por esta razão prefere optar entre alternativas políticas abertas pelos grupos dominantes ao invés de interter-se em realizar ele próprio uma "segunda" revolução. Enfim, ele não se encontraria, pelo menos enquanto durem as condições que propiciaram sua formação como classe, entre aqueles que "nada têm a perder". A metáfora da "revolução individual" – cujo parentesco com a noção de "aristocracia proletária" não é apenas ocasional – é, porém, exagerada. Ainda quando fosse certo que a grande maioria da classe operária industrial – onde, por certo, poder-se-á encontrar alguns setores com uma condição relativamente "privilegiada" no conjunto das classes populares do país – tivesse sua origem diretamente nas massas rurais – ou seja num dos extremos mais pobres da sociedade brasileira – ainda assim não haveria motivos para supor que a mudança de posição significasse algo tão radical quanto pode sugerir a palavra "revolução". De qualquer

3 Registre-se, contudo, como uma indicação da ordem de magnitude da mobilidade social, o seguinte resultado obtido por Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho: de 7.212 chefes de famílias migrantes, 4.843 mudaram de profissão depois de migrar (67 por cento). Esta observação vale apenas como indicação indireta pois, a rigor, um indicador deste tipo só seria possível quando referido a uma escala social de mobilidade. Tratando-se de migrantes, mudança de profissão, como a permanência nela, pode ou não significar mudança de status dependendo dos critérios com os quais se construa a escala. Contudo, parece-nos que há razões suficientes, algumas das quais serão explicitadas mais adiante, para assumir a simples mobilidade profissional neste caso como um dos indicadores possíveis de mobilidade. E se temos em conta a presença de migrantes rurais, de pequenas cidades e de outros estados, entre os migrantes estudados, bem como o fato de tratar-se de um estudo realizado na cidade brasileira que à época passava por um enorme surto de crescimento, pode-se admitir que a informação sugere uma mobilidade ascensional bastante ampla. De qualquer modo trata-se apenas de uma sugestão pois, embora majoritárias entre os migrantes estudados, as classes populares são as únicas a serem consideradas.

Indicações mais completas poderão ser encontradas no estudo de Bertram Hutchinson sobre a mobilidade em São Paulo. Ver, Bertram Hutchinson e outros, *Mobilidade e Trabalho*, Rio de Janeiro CBPE, 1960.

modo, a imagem desta revolução *avant la lettre*, que, pelo seu êxito no plano individual, conduziria ao desinteresse da classe pela revolução social, é rica de sugestões.

Temos aí senão uma hipótese – pois para tal haveria que redeterminar a metáfora em termos de conceito – pelo menos um ponto de partida para propor hipóteses de interpretação sobre as condições sociais do comportamento popular. Seu interesse como ponto de partida está em que, diferentemente das hipóteses de corte funcionalista mencionadas anteriormente, dirige a atenção, menos para noções como "inexperiência de classe" ou "inexperiência política" da nova classe operária (noções que supõem sempre uma pauta absoluta do que seja a experiência) que para o fato da experiência real, historicamente efetiva, da classe em sua formação e em seu comportamento. Por outro lado, ao chamar a atenção para a experiência real, nos permite deixar de lado as hipóteses sobre os chamados "resíduos" ou "remanescentes" tradicionais no comportamento operário. Se os "resíduos" são reais estão dados na experiência de formação e no comportamento da classe, e nesta hipótese já não podem ser tomados como resíduos mas devem ser entendidos como elementos presentes na ação e nas relações sociais. Deste modo, a metáfora da "revolução individual" – imprecisa para fins de análise, como de resto toda metáfora – nos coloca diretamente com o problema de explicar o comportamento populista em termos das condições estruturais em que se formam as classes populares e das circunstâncias históricas e políticas em que este processo de formação transcorre.

2. CRESCIMENTO DO EMPREGO E AMPLIAÇÃO DO CONSUMO

Segundo nos parece, a relação entre mobilidade social no interior da classe e comportamento político sugerida pela imagem da "revolução individual" não deve tomar-se apenas com referência à classe operária industrial. Por certo que dentro do conjunto das classes populares urbanas, a classe operária tem sido em quase todas as formas de populismo urbano – e neste sentido muito mais na Argentina que no Brasil – uma espécie de setor-estratégico. Não é por acaso que tanto Vargas como Peron, embora em graus diferentes, buscaram sempre controlar a estes setores através da organização sindical. Contudo não nos parece que haja muita razão para supor que só para este setor tenha vigência a relação sugerida entre mobilidade e comportamento, apesar da situação relativamente "privilegiada" de algumas camadas operárias frente às demais camadas populares.

A relação, se em algum sentido é válida para os operários industriais frente aos demais setores populares, é também correta para os trabalhadores nos transportes e no comércio, do mesmo modo que é válida para o conjunto das classes populares urbanas frente às massas rurais, e no conjunto dos trabalhadores do campo é verdadeira para os de São Paulo frente aos do Nordeste, por exemplo. Queremos sugerir que no quadro da notável heterogeneidade de composição social das classes populares de um país em processo de desenvolvimento, a mobilidade social, em graus variáveis, se apresenta de modo quase necessário para todos os setores populares e tende a intensificar-se à medida que o desenvolvimento se intensifica. Trata-se, em última instância, do simples fenômeno da transferência de mão-de-obra entre setores e ramos de produção nos quadros de uma estrutura de emprego em processo de crescimento. Nestas circunstâncias a expectativa de ascensão social tem muitas oportunidades de fazer-se efetiva e de se constituir em elemento fundamental para a orientação da conduta individual. No quadro de uma sociedade como a brasileira dos últimos decênios, os movimentos de ascensão - na pior das hipóteses a expectativa da ascensão - afetam a todos os setores populares.

Tomado deste ponto de vista, o tema da mobilidade se bem não exclua o interesse das escalas usualmente construídas por critérios de prestígio social (em realidade mais adequados para o estudo da mobilidade entre classes diferentes) poderia encontrar indicadores mais adequados e sensíveis a partir de critérios relacionados às possibilidades de participação econômica e social. Queremos nos referir a critérios que permitam distinguir na ampla gama de possibilidades de acesso ao consumo, de bens, de serviços, de educação formal, de cultura, etc. critérios que, além disso, poderiam permitir distinguir, pelo menos indiretamente, diferenças de prestígio associadas à diversidade de "estilos de vida" vigentes no interior de uma classe e, freqüentemente, no interior de uma mesma categoria ocupacional.

Infelizmente as informações disponíveis são ainda muito insuficientes para estes fins. De qualquer forma contamos com dados que nos permitem caracterizar alguns aspectos da heterogeneidade de situações vividas pelas classes populares e inferir a tendência ge-

4 Cf. Alain Touraine, *op. cit.*, especialmente pgs. 83, 3, 84.

É interessante observar empiricamente a associação na consciência popular entre desenvolvimento e ascensão social. Em pesquisa realizada em uma indústria paulista Leôncio Martins Rodrigues (*Atitudes Operárias na Empresa Automobilística*, São Paulo, 1967, mimeo) encontrou que 88% dos entrevistados referiam "mais empregos e mais indústrias" como causa dos benefícios do desenvolvimento para os trabalhadores. V. esp. pgs. 235 e seguintes.

ralmente ascensional da mobilidade em condições de ampliação das estruturas ocupacionais urbanas. Contamos a respeito com os resultados preliminares do censo de 1960, o primeiro dos censos brasileiros a oferecer dados sobre a distribuição da renda. Além de limitar-se a um único ano, o censo se restringe a considerar as escalas de renda por setor de atividade e por região, dimensões excessivamente gerais. Não obstante, ainda com estas limitações estes dados são muito sugestivos para uma primeira aproximação.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MENSAL MÉDIA (SEXO MASCULINO), POR REGIÃO E POR SETOR DE ATIVIDADE, 1960

Região	Renda (Cr\$ velhos)										Total
	Até 2100	2101 a 3300	3301 a 4500	4501 a 6000	6001 a 10000	10001 a 20000	20000 a mais	Porcentagem total	Porcentagem	Porcentagem	
Brasil	32,5	25,9	17,7	12,0	8,0	2,9	0,9	100,0	8 467 515		
Primário	6,4	9,2	11,4	25,2	30,0	13,4	4,4	100,0	2 306 557		
Secundário	8,0	7,6	8,9	18,5	28,2	19,9	8,7	100,0	4 970 639		
Terciário	24,8	17,1	13,2	15,2	16,7	9,3	3,6	100,0	19 728 056		
Nordeste	56,2	26,5	10,8	3,8	1,6	0,6	0,4	100,0	2 329 221		
Primário	21,6	26,3	27,3	12,7	6,9	2,4	2,6	100,0	243 751		
Secundário	20,6	18,2	17,9	16,6	13,5	7,3	5,9	100,0	684 499		
Terciário	49,9	22,9	12,4	6,7	4,4	2,1	1,6	100,0	4 024 518		
Este	36,3	29,7	16,3	9,5	5,3	2,2	0,7	100,0	2 875 236		
Primário	8,7	10,6	13,3	22,2	29,2	11,6	4,4	100,0	768 066		
Secundário	9,0	7,7	9,0	16,2	28,4	20,0	9,9	100,0	1 922 200		
Terciário	27,4	18,2	12,4	12,7	16,1	9,1	4,0	100,0	7 133 256		
Sul	12,3	21,1	23,4	20,5	15,7	5,6	1,4	100,0	2 480 790		
Primário	2,0	4,9	6,6	29,3	35,5	16,7	5,0	100,0	1 170 936		
Secundário	3,4	3,9	5,2	20,5	33,3	25,1	8,6	100,0	2 038 920		
Terciário	10,4	12,4	13,0	21,5	24,4	13,9	4,2	100,0	7 130 994		

Fonte: Censo 1960, resultados preliminares.

Segundo critério

	Níveis inferiores ao mínimo %	Nível mínimo %	Nível superior ao mínimo %
<i>Nordeste</i>			
Secundário	75.2	12.7	6.9
Terciário	56.7	16.6	13.5
<i>Este</i>			
Secundário	54.8	29.2	11.6
Terciário	41.9	28.4	20.0
<i>Sul</i>			
Secundário	42.8	35.5	16.7
Terciário	32.7	33.3	25.1

Por outro lado, sabe-se que as diferenças de situação entre campo e cidade, consideradas como conjuntos relativamente homogêneos, tendem a ser maiores que as diferenças encontradas nestes setores urbanos. Já o primeiro destes dois quadros nos sugere uma ordem de magnitude para estas diferenças. Contudo, em face das ressalvas feitas sobre o problema que apresenta uma medida monetária conjunta da capacidade de consumo das massas rurais, consideremos somente alguns setores rurais que recebem salário.

Ademais, há motivos para crer que, além das diferenças entre região e setor de produção, será possível encontrar diferenças de condições de vida entre as classes populares segundo os estados no âmbito das regiões e segundo as cidades (principalmente capital e interior) nos limites dos estados. Deste modo, é muito provável que o crescimento do emprego urbano, e particularmente do emprego industrial, nos últimos decênios tenha resultado em ampliação das possibilidades de consumo por simples efeito da mobilidade que o acompanha. Cabe insistir que, neste sentido, observa-se ascensão social não apenas na passagem do campo à cidade mas também na transição da pequena cidade à grande cidade e na transferência de um setor urbano de produção a outro. O crescimento do emprego no setor industrial fabril, onde as classes populares desfrutam de uma condição relativamente vantajosa em termos de salário, terá jogado provavelmente um importante papel neste processo de mobilidade ascensional. A propósito, observe-se na tabela abaixo que a participação do setor manufatureiro fabril cresce, pelo menos até 1955, mais rapidamente que o emprego urbano. É de supor que algo semelhante terá ocorrido, embora nos faltem dados para com-

Estes dados não deixam lugar a dúvidas quanto à desigualdade da distribuição das possibilidades de consumo entre as regiões e entre os setores (embora deva advertir-se que a comparação com o campo esteja relativamente prejudicada pela frequência das formas não monetárias de pagamento do trabalho). Também parece claro que esta desigualdade atinge igualmente aquelas categorias de renda que aproximadamente poderiam ser consideradas "populares". Observemos a propósito que o salário mínimo legal vigente desde setembro de 1958 até outubro de 1960 para as cidades capitais da região Nordeste deveria ser localizado na terceira coluna do quadro entre 3.301 e 4.500 cruzeiros; na quarta coluna, entre 4.501 e 6.000 haveria que localizar os salários mínimos para as cidades capitais do Sul e Este. Não obstante, como o censo se realizou no primeiro dia de setembro de 1960 e portanto somente neste mês coincide com estes níveis mínimos legais de salário, há motivos para considerar como de utilidade a adoção dos novos salários mínimos como critério alternativo para comparação. Neste caso, a maioria dos salários mínimos vigentes nas cidades capitais do Nordeste deveria localizar-se entre 4.501 e 6.000; do mesmo modo, os salários do Este e Sul passariam à classe de 6.000 a 10.000¹. Tomando estes critérios, que são evidentemente apenas aproximativos, poderíamos considerar como pertencentes às classes populares todos os indivíduos localizados nas categorias de renda correspondentes ao mínimo, nas categorias inferiores ao mínimo e naquelas imediatamente superiores. E a heterogeneidade da distribuição para os setores populares urbanos poderia então ser resumida do seguinte modo:

NÍVEIS DE RENDA MENSAL MÉDIA (SEXO MASC.)

Primeiro critério

	Níveis inferiores ao mínimo %	Nível mínimo %	Nível superior ao mínimo %
<i>Nordeste</i>			
Secundário	47.9	27.3	12.7
Terciário	38.8	17.9	16.6
<i>Este</i>			
Secundário	32.6	22.2	29.2
Terciário	25.7	16.2	28.4
<i>Sul</i>			
Secundário	13.5	29.3	35.5
Terciário	12.5	20.5	33.3

(1) Cf., Anuário Estatístico do Brasil, 1965.

RELAÇÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO NA AGRICULTURA
E O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL (a)

Estado	Trabalhador c/ enxada			cortador de cana			Arador comum		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Maranhão	84	76	61	71	77	62	15	112	89
Ceará	93	67	54	76	70	56	32	95	76
Pernambuco	74	64	48	53	73	54	30	89	66
Bahia	150	67	50	110	94	70	70	88	65
Minas Gerais	437	58	50	361	59	51	374	70	61
Rio de Janeiro	49	60	55	47	61	56	48	83	76
São Paulo	345	77	66	199	82	71	306	88	76
Paraná	132	106	90	55	109	93	118	145	123
Rio Grande do Sul	98	92	86	40	95	89	95	98	92

Fonte: *Inquérito sobre salários rurais*, IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1965.

(a) Considera-se o salário médio "a seco" para o ano de 1957. Os salários mínimos em referência tiveram vigência para os anos de 1956 a 1958.

(1) Número de municípios informantes.

(2) Relação entre salário médio e o menor salário mínimo vigente no estado (salário mínimo = 100).

(3) Relação entre o salário médio e o maior salário mínimo vigente no estado (salário mínimo = 100).

prová-lo, com o chamado "terciário funcional", ou seja os setores do terciário que, como os transportes e o comércio, tendem a acompanhar o desenvolvimento do setor industrial.

Por outro lado, é possível também admitir que a própria classe operária industrial - embora seja provavelmente mais homogênea que o conjunto das classes populares - apresenta, contudo, uma heterogeneidade muito maior que fariam supor as hipóteses usuais. Observemos inicialmente que este setor não poderia permanecer imune às notáveis diferenças regionais já assinaladas. Além disso, os dados seguintes parecem sugerir que mesmo na indústria de um estado como o de São Paulo, onde poder-se-ia esperar uma maior homogeneidade de situação, haverá que observar diferenças relacionadas a ramos de produção, nível tecnológico e tamanho da empresa como fatores que interferem sobre a composição social da classe e a possibilidade de uma maior ou menor mobilidade interna em condições de crescimento da estrutura ocupacional.

5 Outro setor popular aparentemente homogêneo é o dos moradores das "favelas". Não obstante ainda aí, onde pareceria existir uma equalização a níveis de consumo bastante baixos, parece possível realizar distinções significativas. Registremos,

TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO URBANO

Ano	Números absolutos (em milhares)			Porcentagens		
	Total	Urbano	Manufatureiro	Fábrica/ Urbano	Fábrica/ Manufat.	Manufat./ Fábrica
1925	10.310	3.330	1.204	32,3	11,4	31,6
1930	11.410	3.810	1.336	33,4	13,4	38,2
1935	12.630	4.220	1.482	33,4	15,4	43,8
1940	14.169	4.866	1.653	34,3	16,7	49,3
1945	15.430	5.630	1.895	36,5	16,9	50,1
1950	17.109	6.655	2.191	38,9	17,3	52,5
1955	19.600	8.560	2.495	46,8	15,8	54,1
1960	22.480	10.680	2.850	47,5	15,0	56,1

Fonte: CEPAL, *El Proceso de Industrialización en América Latina*.

3. POPULISMO E ALIANÇA DE CLASSES

Uma primeira proposição de caráter geral sobre o problema poderia ser a seguinte: *nas condições vividas por uma sociedade de formação agrária na etapa de crise das estruturas agrárias e de desenvolvimento urbano e industrial, os setores das classes populares urbanas, formadas por ascensão social mais do que por decadência, tendem a reconhecer como legítimas as regras do jogo vigentes no quadro social e político do qual começam a participar. Tendem, ademais, nessas condições estruturais e históricas que são também condições de crise das instituições políticas e das relações entre os grupos dominantes, a identificar-se com partidos e líderes de algum modo associados previamente ao statu quo e que - embora saídos de classes "não-populares" (ou talvez por isto mesmo) - possam ser percebidos como identificados com os interesses populares de maior participação social e econômica.*

Esta hipótese, segundo nos parece, dá conta de alguns aspectos fundamentais do comportamento político das classes populares urbanas durante o período populista. Seu caráter de *massas* está condicionado de modo direto pela heterogeneidade de sua composição que tanto obscurece uma possível consciência de seus interesses comuns como classe, quanto cria possibilidades de mobilidade intraclasses que enaltecem o interesse individual de ascensão. Do mesmo modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação dos líderes e partidos populistas está dado - e quase "por antecipação" - nas circunstâncias concretas em que as classes populares urbanas se formam, num movimento multiforme de ascensão que conduz a identificar no *status quo* aqueles que se solidarizam e promovem as condições da ascensão.

a respeito, estas interessantes observações de Carlos Alberto de Medina, *A Favela e o Demagogo*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1964. "Embora a favela seja vista, pelos que nela não moram, como um conjunto uniforme, habitado por um tipo específico de pessoa, o favelado, na verdade não existe esta homogeneidade interna entre seus habitantes. Cada favela tem, realmente, características comuns, principalmente no que se refere ao seu aspecto material, o tipo de casa, a parte urbana e sanitária, que em todas elas deixa a desejar. Mas na própria visão do conjunto o bom observador pode reparar diferenças. (...) Quem conhece uma favela por dentro, sabe que cada uma tem áreas denominadas com precisão, de modo a orientar os moradores e seus visitantes. Os nomes dessas áreas classificam muitas vezes, os próprios moradores, quando não são uma forma de marcar diferenças entre pessoas ou modos de vida. Assim é comum encontrar-se o local reservado para os "malandros", o local considerado melhor, o local onde moram os "nordestinos", o local onde moram as pessoas de menores recursos, os locais periféricos. Em algumas favelas encontra-se até a divisão em "zona norte e zona sul", esta indicando onde moram as pessoas de maiores posses, onde estão as melhores casas". Pgs. 68-69.

a. Diferenças de salário médio dos operários segundo alguns ramos industriais

Ramos industriais selecionados	Salário médio de operários	
	1939.	1949 1959
Metalurgia	119	125 111
Mecânica	144	134 118
Material de transportes	186	153 121
Minerais não metálicos	99	89 86
Papel e cartolina	95	89 103
Têxtil	92	92 89
Produtos alimentícios	88	81 86

b. Diferenças de salário médio dos operários segundo o emprego de força motriz nos estabelecimentos

Tipo de estab. por força motriz	Salário médio de operários	
10 a 99	1949	1959
100 e mais	91	90
	103	103

c. Diferenças de salário médio dos operários segundo o tamanho dos estabelecimentos

Tipo de estab. por Nº de operários	Salário médio de operários	
de 1 a 19	1949	1959
de 20 a 99	77	79
de 100 a 499	101	100
de 500 e mais	105	103
	107	109

Fonte: Censos Industriais.

Observação: considera-se o salário médio dos operários no total das indústrias de transformação como base, igual a 100, para fins de comparação.

Aí encontraremos também uma das raízes do autoritarismo típico de todas as formas de relação líder-massa no populismo, seja de caráter carismático ou populista. Do mesmo modo, encontramos nas circunstâncias em que se formam as classes populares um dos fundamentos da "falta de auto-representação" e "falta de consciência de classe", como também da "inexperiência de classe" e da "inexperiência política". Em uma palavra, explica-se deste modo não apenas que as massas populares tenham estado, pelas próprias circunstâncias de sua formação social, em "situação de disponibilidade para a participação política", mas especificamente para a "participação sob manipulação populista".

Não obstante, esta relação entre mobilidade social e comportamento político contém o germe de uma contradição que convém esclarecer. Em que sentido e dentro de que limites se pode falar de uma identificação entre os setores populares urbanos e o *status quo*? Em outras palavras: qual o caráter desta identidade entre setores das classes dominadas e um regime político que se encontra, embo- ra à maneira populista, sob controle das classes dominantes? Os termos da contradição estão postos: as circunstâncias em que se formam as classes populares e que as conduzem a esta identidade são as mesmas que reafirmam ao invés de negar, seu *caráter geral* de classes sociais dominadas nos quadros do desenvolvimento de um sistema econômico e social baseado na desigualdade e na oposição de interesse entre as classes. O que se afirma, portanto, é que, em circunstâncias históricas dadas, uma ordem baseada na desigualdade social ~~para~~ ser aceitável inclusive por alguns setores das classes dominadas.

Convenhamos, porém, em que o esclarecimento dos termos em que se dá a contradição não é, nem pretende ser, a eliminação dela. Trata-se aqui não da teoria, mas de um fato real nas condições em que emergem as classes populares. Ademais, deve ficar claro que nosso problema não é o da legitimação da dominação populista sobre as massas, considerado em si mesmo. Se fosse possível considerar esta relação de dominação isolada das relações entre as classes sociais, ele não teria maior significação, nem para a teoria nem para a experiência histórica. Desde Weber, se sabe que toda forma de dominação implica o reconhecimento por parte dos dominados da legitimidade dos mandatos. Além disso, é sabido na história dos movimentos populares que, em geral, a liderança tem suas origens sociais nas classes "superiores".

Observamos também que, por outro lado, o populismo não teria de peculiar se a aceitação do *status quo* por parte das classes populares significasse apenas o reconhecimento da hegemonia de uma ou de várias classes dominantes sobre o conjunto da sociedade. Como se sabe, o reconhecimento da hegemonia das classes domi-

nantes - ou seja das instituições que ela patrocina, do mesmo modo que de sua cultura - está presente em todas as linhas "reformistas" do movimento popular. A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de "vazio político", em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afirma capaz de assumi-la. Convém lembrar que o populismo aparece quando se dá a crise da hegemonia oligárquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento político do Executivo e do poder econômico e administrativo do Estado.

Nestas condições de crise de hegemonia, reserva-se ao líder ou ao partido populista a função de intermediário entre os grupos dominantes e as massas: Deste modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação populista por parte das classes populares significa, de certo modo, uma mediação - uma forma substantiva da hegemonia inexistente - para o reconhecimento do *status quo* dominante. Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo *tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a idéia do povo* (ou da Nação) *entendido como uma comunidade de interesses solidários*. Pareceria dar-se o caso de que o que é vedado às classes dominadas como tais - reconhecer a dominação das demais classes em situação de crise hegemônica - é permitido aos indivíduos que as compõem através do "subterfúgio" do reconhecimento das lideranças populistas. Na estrutura interna deste aparente absurdo está a raiz da irracionalidade essencial ao populismo, da emocionalidade necessária da relação líder-massa. Como também a explicação da imprevisibilidade e da aparente "irresponsabilidade" do comportamento das lideranças populistas: expressão de uma situação contraditória, são por vezes obrigadas a formular objetivos que não poderão atingir do mesmo modo que, em certas circunstâncias, poderão atingir objetivos que nunca pensaram em formular.

Estas considerações nos conduzem agora a examinar o outro lado do nosso problema. Com efeito, ainda quando devamos admitir que a formação das classes populares urbanas passa, em geral, por um movimento de ascenso a maiores oportunidades de consumo, é pouco provável que pudéssemos considerá-las "massas satisfeitas", no mesmo sentido em que pareceriam encontrar-se as classes operárias de alguns países europeus e dos Estados Unidos. Nestes países a expansão do consumo e das técnicas de manipulação pareceria ter conduzido a uma relativa perda de identidade dos operários como classe, uma diluição de suas tradições de solidariedade social e de consciência comum dos próprios interesses, forjados nos tempos duros das primeiras etapas do desenvolvimento capitalista. E com esta "massificação" das classes operárias alguns observam

também uma crescente despolitização de seu comportamento. No Brasil, como em outros países latino-americanos, se cabe alguma comparação com os "países avançados" será apenas para marcar as diferenças: aqui se observaria uma "massificação prematura", ou seja massificação em uma "sociedade de escassez", ao invés da "abundância", e de classes populares em formação ao invés de uma classe já plenamente constituída. Deste modo, se lá se pode falar de "aburguesamento" da classe operária, aqui haverá que reconhecer um processo peculiar de "proletarização" das classes populares urbanas, embora isto signifique para a maioria um ascenso social. Se lá as classes operárias parecem perder uma tradição própria e "despolitizar-se", aqui as classes populares ganham politização e se perde algo é, no caso dos migrantes rurais, a tradição da não participação e da submissão aos grandes proprietários de terra.

Com efeito, nas condições de um país como Brasil, a "satisfação" que se associa ao ascenso social de amplos setores populares urbanos tende a acompanhar-se da "insatisfação" característica das posições sociais conquistadas. Por um lado, a mobilidade social que responde à ampliação da estrutura ocupacional não tem muito a ver com uma flexibilidade maior da estrutura de classes. Em seu estudo já mencionado, Hutchinson observa: "... de todos os da geração de filhos que ascenderam, aproximadamente dois terços não o conseguiriam se não fossem os novos postos criados pela economia da cidade. Isto é o oposto do que acontece com aqueles que desceram: pouco menos de um décimo desses parecem ter sido obrigados a ocupar novas posições devido a contrações nas oportunidades da categoria de origem".⁶ E conclui: "em resumo, ao contrário da crença generalizada e das expectativas iniciais deste estudo, São Paulo com todo o seu tumulto social não manifesta um grau de mobilidade social, ou de ruptura das barreiras de classe, maior do que é comum no mundo ocidental: na realidade é algo menor".⁷

Por outro lado, se bem é verdade que a formação das classes populares vai acompanhada de uma ampliação das possibilidades de consumo como resultado do desenvolvimento da economia urbana, também é certo que estas classes se encontram em situação desvantajosa quando nos referimos ao problema da "distribuição dos frutos do progresso tecnológico". Além de que o crescimento do capital industrial se faz com uma participação relativamente decrescente do fator trabalho, o crescimento dos salários encontra-se sempre abaixo dos aumentos de produtividade. E no caso do Brasil, durante muitos anos, os aumentos salariais estiveram em realidade

6 Hutchinson, *Mobilidade e Trabalho*, op. cit., pg. 223.

7 Hutchinson, *Mobilidade e Trabalho*, op. cit., pg. 226.

abaixo dos acréscimos do custo de vida, o que indica uma tendência geral à baixa de salário real.

MOBILIDADE SOCIAL EM SÃO PAULO SUPONDO NÃO EXISTIR A MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURA COMPARADA COM A MOBILIDADE SOCIAL REAL

Status do filho em relação ao pai	Supondo não existir modificação de estrutura	Distribuição real
Mais alto	15,3	40,5
Igual	69,4	42,5
Mais baixo	15,3	17,0
	1.099	1.099

Fonte: Hutchinson, pg. 225.

SÃO PAULO E GUANABARA: ÍNDICES DA EVOLUÇÃO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO - 1940-1964

Ano	São Paulo		Guanabara	
	(1)	(2)	(1)	(2)
1940	100	100	100	100
1943	93	96	96	96
1944	86	81	81	81
1952				
1954	105	100	97	100
1956	114	106	102	105
1959	100	89	89	91
1961		77		85
1962		72		80
1963		68		73
1964		84		81

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1965.

(1) Fonte do deflator: *Desenvolvimento e Conjuntura*, Julho, 1961.

(2) Fonte do deflator: *Desenvolvimento e Conjuntura*, Fevereiro, 1965.

GUANABARA: RELAÇÃO ENTRE OS SALÁRIOS DE DIFERENTES CATEGORIAS E O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL - (1940-1959)

Ano(a)	Operário comum	Operário qualificado	Ferroviário	Func. "E"	Func. "O"
1940	100	-	148	-	-
1943	-	139	126	250	1.333
1944	108	134	-	-	-
1952	100	121	-	227	750
1954	100	115	104	-	-
1956	100	114	169	171	447
1959	100	115	145	141	368

Fonte: Desenvolvimento e conjuntura, julho 1961; Anuário Estatístico do Brasil, 1965.

(a) Tomou-se o salário mínimo legal como base para cada um dos anos considerados. Só se consideram os anos em que o salário mínimo entra em vigência legal.

GUANABARA: ÍNDICES DA EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS DE DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS - (1940-1960)

Ano	Operário comum	Operário qualificado	Ferroviário	func. "E"	func. "O"
1940	100	-	100	-	-
1942	-	100	-	-	100
1943	-	104	82	100	-
1944	87	85	78	89	80
1945	-	79	-	-	-
1946	-	92	-	-	-
1948	-	79	67	78	72
1951	-	-	-	-	-
1952	-	-	-	71	38
1953	-	68	68	-	-
1954	97	87	-	62	28
1955	-	87	117	73	36
1956	102	91	-	-	-
1957	-	90	-	-	-
1959	89	80	87	52	25
1960	-	92	88	46	31

Fonte: Desenvolvimento e conjuntura, julho, 1961, pg. 69, quadro I, e pg. 78, quadro II.

Nestas condições, seria incorreto supor que a adesão das classes populares aos líderes populistas signifique apenas identificação com o regime, subordinação à manipulação exercida por outras classes. A adesão popular leva também os sinais da insatisfação social criada pelas condições em que se processa o desenvolvimento e que reserva às classes populares os sacrifícios maiores. Nossa primeira proposição necessita, portanto, ser aqui reformulada. As classes populares, em ascenso quanto à participação econômica e política, encontram-se de fato duplamente determinadas. A conquista individual de uma nova posição dentro da gama de possibilidades que oferece a composição heterogênea destas classes não significa, apesar de todas as possíveis ilusões, a passagem para uma classe "superior"; pelo contrário, traz consigo todos os problemas que afetam à nova posição conquistada e, em última instância, ao conjunto das classes populares. Numa palavra, a vitória individual traz em germe uma frustração social.⁸ Esta experiência contraditória da formação social destas classes se expressa também ao nível político: a conquista da cidadania, ou seja a conquista da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade.

Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambigüidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes populares em ascenso servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do statu quo.

Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, o que impõe no mínimo uma política de crescimento do emprego. Em outras palavras, ela deve ser capaz pelo menos de garantir a preservação e a intensificação do ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que agora mantêm a vigência das alianças populistas.

⁸ Na acertada expressão de Leônico Martins Rodrigues, as classes populares em formação são "ao mesmo tempo vencedoras e vencidas com referência ao projeto original de melhoria de vida e de ascensão social", op. cit., pg. 260.

Haverá que convir que esta não é uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe um sério desafio: *compabilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático*. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades agrárias. Os movimentos populistas, nascidos da crise desta formação e portanto desde o nascimento comprometido com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa mas se revelaram incapazes de realizá-la.

CAPÍTULO VIII

NOTAS SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: TEORIA DE CLASSE OU IDEOLOGIA NACIONAL? *

A noção de "país dependente" tornou-se de uso corrente nos estudos sobre a América Latina. Quem se dedique à leitura do que se tem produzido na sociologia latino-americana nos últimos quatro ou cinco anos, não terá dúvidas em reconhecer a crescente difusão alcançada pela idéia de uma dependência estrutural dos países latino-americanos em relação aos "países centrais". Contudo, quanto mais se amplia o uso desta noção, tanto mais se faz necessária uma indagação sobre seu significado. De que se trata, precisamente? É razoável supor que se pretende mais do que oferecer um novo rótulo para a velha idéia de "país semicolonial". Contudo, se se pretende propor um novo conceito, qual seu estatuto teórico? Se se trata de uma nova teoria sobre o desenvolvimento latino-americano, como se articula com a teoria geral do sistema capitalista? Ou se trata apenas, hipótese que me parece mais provável, de apresentar não uma teoria, mas uma problemática?

Perguntas deste tipo parecem-me até certo ponto inevitáveis diante da difusão conquistada pela idéia de "dependência". Contudo, antes de passar a estas questões que constituem o objeto destas "Notas", haveria a observar que a simples difusão desta noção representa, num ponto pelo menos, um papel renovador. Refiro-me à função crítica que esta concepção de uma peculiaridade estrutural dos países latino-americanos exerceu no âmbito de uma tradição de idealização teórica das "sociedades avançadas" como padrão uni-

* Apresentado no II Seminário latino-americano para el Desarrollo, FLACSO-UNESCO, Santiago, Chile, novembro 1970.